

STF julga liminar que protege invasor

O Supremo Tribunal Federal Julga na próxima quinta-feira contestação do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, à liminar que impede qualquer ação da Terracap de remoção de invasões. A empresa estatal revela que o problema está se agravando desde julho, quando foi concedida a liminar, com o surgimento de novas favelas e inchaço das já existentes.

No início de julho último, o presidente do STF, Raphael Mayer, fez prevalecer a decisão do juiz de plantão Asdrúbal Nascimento Silva, que proíbe a derrubada de barracos no acampamento da Telebrasília e de rodas as outras invasões de Brasília. A liminar do juiz foi concedida com base na Lei de Proteção dos Animais, por solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF).

CONFIANÇA

"Nunca vi decisão judicial que entregasse área pública a invasores", comentou ontem o secretário de Viação e Obras e presidente da Terracap, Carlos Magalhães. Para ele, o STF deverá dar ganho de causa à empresa estatal, executora das atividades imobiliárias do GDF. Adiantou que aguarda apenas a apreciação da questão pelo STF para recomençar o programa de controle e contenção de favelas, paralisado em função da liminar.

"A expectativa é de que haja uma decisão do STF na defesa dos interesses de Brasília, acelerando a contestação da Procuradoria Geral à liminar, que seria então cassada", avaliou o

secretário de Segurança Pública, João Brochado, que denunciava o constante inchaço das invasões.

O secretário reiterou que investigações preliminares revelaram existir em Brasília uma verdadeira "indústria de invasões", com le-oes-de-chácara e até advogados envolvidos. Acrescentou que muitos já foram identificados, o que lhe permite afirmar que a maioria dessas pessoas estão por trás de quase todas as invasões.

Segundo ele, as camadas menos favorecidas da população, principalmente migrantes recém-chegados ao DF, são usados como massa de manobra por essas pessoas. "Muita gente está aqui há mais de 20 anos, e n-ao tem um lote. Os espartalhões criaram essa indústria das invasões e demarcam lotes para quem lhes paga, aproveitando-se do problema habitacional", denunciou João Brochado.

Brochado já tracou com seus assessores diretos uma linha geral de ação, para conter as invasões. Entre as medidas previstas estão a organização de um esquema de vigilância aérea para conter ocupação irregular de áreas urbanas; estabelecer vigilância local, pela Polícia Militar, a partir de informações das delegacias regionais, que deverão colher e transmitir informes sobre as tentativas de invasões.

Ele disse que algumas invasões registraram um crescimento surpreendente no último mês. Citou a Boca da Mata, em Taguatinga, e a Vila Paranoá, onde foram levantados no último mês dezenas de novos barracos.